

7.08.99 - Educação

ECONOMIA CRIATIVA E EDUCAÇÃO NA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Bruno Augusto Olska¹, Eneida Oto Shiroma²

1. Graduando em Pedagogia no Centro de Ciências da Educação da UFSC (CED-UFSC)
2. Professora do CED-UFSC – Departamento de Estudos Especializados em Educação/Orientadora

Resumo

Nos últimos anos, viu-se o crescente investimento em projetos de Economia Criativa, que são usados cada vez mais para justificar novas exigências à educação. O presente trabalho busca investigar como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) trabalha essas propostas e o que trazem de tendências para a reforma no Estado e na educação. Com base no materialismo histórico-dialético, realizou-se análise documental de publicações do BID que abordam a estratégia institucional do Banco e ajudam a compreender os projetos de desenvolvimento para o continente latino-americano na próxima década. Recorremos a estudos teóricos para compreender os fundamentos epistemológicos dos projetos em questão. Trabalhamos com a hipótese de que as mudanças apontadas pela Economia Criativa exigem, em contrapartida, reformas na escola e na educação. As leituras e análises permitiram mapear como o BID está propondo tais transformações atualmente.

Palavras-chave: Política Educacional; trabalho e educação; Estado.

Apoio financeiro: CNPq.

Trabalho selecionado para a JNIC: UFSC

Introdução

De acordo com a *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD, 2010), indústrias criativas correspondem a um conjunto de setores e atividades que utilizam a criatividade, o talento e as habilidades humanas como principais insumos para a produção de bens intangíveis, abrangendo desde artes e culturas populares, àqueles intensivos em tecnologia. A Unesco avalia que a indústria criativa é o setor de crescimento mais acelerado, que gera anualmente U\$ 2.250 bilhões e abarca mais de 30 milhões de trabalhadores. Nas publicações de organizações multilaterais (OM), a indústria criativa aparece intimamente associada à noção de desenvolvimento sustentável. Afirmam que “criatividade é também renovável, sustentável, recurso ilimitado que podemos encontrar em qualquer lugar do mundo” (UNESCO, 2022).

O Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID, 2013) define Economia Criativa (EC) como aquela que se baseia em aspectos intangíveis divididos em duas categorias: de ciência e tecnologia e de narrativas, incluindo-se aí as artes, a cultura, e empresas como Disney, Louis Vuitton e Coca-Cola. O interesse pelo tema cresce, especialmente, em conjunturas de crise econômica na medida em que é apresentado como uma alternativa de desenvolvimento, diante das crises e, portanto, de acumulação de capitais e manutenção das taxas de lucro das frações burguesas. Portanto, a relação entre economia criativa e o discurso do desenvolvimento econômico merece, atualmente, aproximação crítica.

Nosso objetivo é compreender as convergências entre a EC e a educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) a partir da análise do discurso das agências multilaterais. Neste trabalho, focamos na análise das propostas do BID que revelam as tendências de reformas no Estado e na educação. Partimos da percepção de que os discursos, seja no debate público, na academia ou nos documentos de OM, passaram a reproduzir e valorizar enfaticamente duas noções: a de economia criativa (EC) e a de educação para o desenvolvimento sustentável (EDS). Trabalhamos com a hipótese de que essas noções se tornaram eixos estruturantes de políticas complementares. As reformas que as apresentam como horizonte, buscam operar modificações na base material que respondem a novas demandas do trabalho no setor produtivo, implicando, também, em reformas educacionais.

Metodologia

Baseados no materialismo histórico-dialético, analisamos como fonte primárias os documentos do BID cotejando com dados obtidos em fontes secundárias levantados por meio de revisão bibliográfica. A análise documental e bibliográfica associada ao estudo das categorias e elementos teóricos conduziu à compreensão integrada das políticas de EC para o Desenvolvimento Sustentável, e buscamos avançar na compreensão da articulação desses conceitos como mote do desenvolvimento no capitalismo contemporâneo. Trata-se, então, de

uma pesquisa documental de abordagem qualitativa.

A seleção dos artigos para a revisão bibliográfica foi feita nas bases do SciElo e do Portal da CAPES, por meio dos descritores: “economia criativa”, “economia laranja”, “educação para o desenvolvimento sustentável”.

Dentre os documentos do BID, selecionamos o “Relatório sobre o Nono Aumento Geral de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento” (2010), “Economia Laranja: uma oportunidade infinita” (2013), “Segunda actualización de la Estrategia Institucional” (2020) e “Vision 2025” (2021). Tais documentos foram selecionados por terem sido produzidos após o último aumento geral de capitais do Banco, e, portanto, apresentarem as versões mais atualizadas de sua estratégia institucional. Esse estudo documental permitiu compreendermos a estratégia de atuação do Banco, bem como seus postulados para a economia criativa e o papel instrumental da educação nesse esquema.

Um documento político não revela suas verdadeiras intenções, mas permite captar pela análise crítica do discurso, as concepções e a racionalidade da política que propõe. Essa empreitada pressupõe estudo da gênese da política, o contexto em que foi produzida, seus proponentes, os interesses em disputa, as determinações que não podem ser reveladas e os slogans usados para arrebatar adpetos e produzir consensos em torno da implantação de determinada política. Com esses procedimentos, fizemos a “desconstrução” do discurso sobre EC e DS, entendendo que entre o pesquisador e o documento, existe a mediação do fundamento teórico adotado. As referências conceituais de uma teoria são cruciais para ultrapassar as formas fenomênicas do objeto, pois como mediadoras no trabalho de pesquisa, atuam como *ferramentas intelectuais* nesse processo.

Resultados e Discussão

A noção de “desenvolvimento sustentável” emerge na década de 1980 fruto de intensos debates globais. Tal mudança conceitual não foi linear e nem espontâneo; acontece nos andares das lutas de classes que marcaram àquele período, sendo determinado pela consolidação do bloco histórico neoliberal, e com intencionalidades dos sujeitos e classes implicados neste processo.

É nesse contexto que o BID passou a ser um dos maiores financiadores multilaterais do desenvolvimento na América Latina e no Caribe. Desde sua fundação, em 1959, o Banco desempenha papel importante nesse sentido, mas seu crescimento e seu peso atingem novas proporções nas últimas décadas do século XX. Isso se deve não somente à maior demanda dos países, mas também às novas estratégias que o Banco inaugura nos anos de 1980 (SCHERMA, 2006).

As ideias de Schumpeter sobre a destruição criativa e a centralidade do empresário como sujeito econômico fundamental aparecem revitalizadas nas propostas atuais de empreendedorismo e inovações disruptivas tão caras aos neoschumpeterianos entusiastas da EC (COSTA, 2006; MORICCHI, GONÇALVES, 1994). Estes ideólogos são responsáveis por colocar o avanço tecnológico como fundamento central para o desenvolvimento capitalista. Dessa corrente teórica provém, por exemplo, o conceito de “sistemas nacionais de inovação” muito utilizado pelo BID ao referir-se à EC. Em seus documentos estratégicos mais recentes, a inovação, o empreendedorismo e a tecnologia digital aparecem intrinsecamente conectados à nova forma de organizar setores econômicos intensivos de conhecimento e ligados à economia da cultura. O foco na Economia Digital e Criativa aparece subordinado ao objetivo de “reativação do setor produtivo”, pois se avalia que esse setor dos países do continente é atrasado, “focado na produção de bens primários e tradicionais” (BID, 2021, p. 2). O BID recomenda reativá-lo por meio do incentivo a investimentos de qualidade em infraestrutura e conectividade digital e adoção de novas tecnologias, pelo empreendedorismo e inovação, apoio às pequenas e médias empresas, integração regional de comércio e capitais e articulação entre o setor público e privado na implementação de agendas para o desenvolvimento. Logo, se é estratégico a entrada dos países da região na quarta revolução industrial, é necessária a *reconversão* de sua força de trabalho para essa transformação econômica, que só pode se dar por meio da educação. O BID se dispõe a “ajudar os países a criar, reconverter e melhorar as *habilidades* de sua população”, a “identificar os vácuos de *habilidades*” que permitem aumentar a “qualidade e a *pertinência* dos sistemas educativos e de capacitação, de modo a cobrir a *demandade habilidades* para a economia da região”. A nova economia e o novo trabalho defendidos pelo Banco exigem, obviamente, um *novo trabalhador*, com *novas habilidades*, que só poderiam ser desenvolvidas por um *novo sistema educativo*, mais *pertinente* às *demandas* colocadas (BID, 2021).

As propostas do BID convergem com um horizonte estratégico de perpetuação e aprofundamento da sociedade neoliberal. Recorremos a Carcanholo (2008a) para enxergar tal aproximação como uma diferente ferramenta utilizada em prol do mesmo projeto neoliberal. Afinal, o que determina se uma proposta é neoliberal não são as ferramentas utilizadas, mas sim o objetivo que orienta sua utilização.

Conclusões

A análise das propostas evidencia que o BID assume um projeto de desenvolvimento neoliberal por preconizar o mercado como sujeito do desenvolvimento econômico; estabelecer o equilíbrio fiscal e macroeconômico como *condições prévias* para o desenvolvimento; privatizações e terceirizações de serviços públicos e da liberalização comercial e financeira, propor políticas sociais de caráter compensatório e focalizadas na parcela mais pauperizada da população. Entendemos que a constituição da EC e a aprofundamento do DS concorrem para atualizar a ideologia neoliberal do social-liberalismo (CASTELO, 2013).

Ora, se cabe ao mercado direcionar e determinar os rumos do desenvolvimento, e por isso é denominado como *sujeito* desse processo (BID, 2010), então o Estado e a Sociedade Civil seriam *objetos* nessa relação, meros receptores dos benefícios do desenvolvimento promovido pelo mercado. Na proposta do BID, o Estado deve se adaptar aos ditames mercadológicos defendidos pelo Banco, inclusive deve repassar parte de suas funções, como a prestação dos serviços, para instâncias subnacionais. A noção de Estado “reativo” também se aplica quando se trata da política social, com destaque à educação: nela, é o Mercado que determinaria as habilidades necessárias para os trabalhadores do futuro, e o Estado quem deveria atuar para atualizar currículos e sistemas educacionais de forma a torná-los mais “pertinentes” à essa exigência mercadológica. O termo “reativo” indica ser o Mercado quem formula e planeja o *conteúdo* das políticas, cabendo ao Estado acatar e responder, dando *forma* à elas. Contudo, esse esquema não explica adequadamente as relações entre Estado e Mercado aparentemente autônomos, justamente porque se parte de uma distinção mecânica entre eles.

Para avançar na compreensão das proposições do BID é preciso entender que as “esferas” da vida social - Estado, Mercado e Sociedade Civil - se determinam reciprocamente e estão inseridas na totalidade da dinâmica capitalista. O BID defende a desestatização de empresas e de serviços públicos, o que não significa uma “retirada do Estado” dos seus espaços de atuação, e sim a sua refuncionalização: não existe um abandono estatal da “questão social”, e sim uma nova estratégia para lidar com ela, que passa pelo fornecimento privado dos serviços, que continuam a ser “públicos”, mas sem a administração direta do Estado.

Discursos sobre a revolução 4.0, indústrias verdes ao lado da EC clamam por reformas nos sistemas de ensino para se tornarem mais relevantes, formando as habilidades requeridas pelo mercado e “trabalho do futuro” (BID, 2020). Percebemos, o desejo de difusão cada vez maior de TICs na educação e a retirada de disciplinas e conteúdos de formação humanística para expandir um currículo especializado à formação para as novas formas de trabalho e ao empreendedorismo. Essa readequação dos sistemas educacionais segundo uma lógica mercadológica e de caráter tecnicista envolve além de competências técnicas, as socioemocionais que forjam uma subjetividade compatível às novas relações de trabalho desregulamentadas e destituídas de estabilidade e direitos trabalhista, que exigem um trabalhador resiliente, inovador, proativo e criativo. Dessa forma, a racionalidade que orienta a EC e DS converge para uma redefinição do papel do Estado, para incremento da participação da iniciativa privada na educação, entendida como um serviço que deve ser entregue por um provedor eficaz. Nossa pesquisa buscou avançar na exposição crítica de algumas das transformações discursivas e materiais destas novas propostas que surgem nesse movimento de atualização da ofensiva burguesa, apontando para o projeto de desenvolvimento determinado: um projeto classista que elege seus sujeitos – o mercado e a classe dos capitalistas – e seus objetos, que deveriam seguir “a reboque” daquilo que os primeiros definem – a classe trabalhadora. Portanto, trata-se de um projeto incoerente para aqueles que, de fato, buscam uma sociedade igualitária e sustentável, que só pode ser alcançada por caminhos radicalmente opostos ao defendido pelo BID.

Referências bibliográficas

BANCO INTERAMERICANO DO DESENVOLVIMENTO (BID). **Relatório sobre o Nono Aumento Geral de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento**. Assembleia de Governadores, 2010.

_____. **Economia Laranja**: uma oportunidade infinita. Santiago, 2013.

_____. **Segunda actualización de la Estrategia Institucional**: Soluciones de desarrollo que aceleran el crecimiento y mejoran vidas. 2020.

_____. **Vision 2025**: Reinvest in the Americas: A Decade of Opportunity. 2021.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Neoconservadorismo com Roupagem Alternativa: a Nova CEPAL dentro do Consenso de Washington. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 26, nº. 49, p. 133 – 161, mar., 2008a.

CASTELO, R. **O social-liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COSTA, Achyles Barcelos da. O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter. **Cadernos IHU Idéias** ano 4 - nº 47 – 2006.

MORICOCHI, Luiz. GONÇALVES, J. S. Teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter: uma revisão crítica. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.24, n.8, ago. 1994.

SCHERMA, Márcio Augusto. **A atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento no Brasil (1959-2006)**. 2006. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

UNCTAD. **Creative economy report 2010**. New York: United Nations, 2010. 423 p. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/ditctab20103_en.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2021

UNESCO. International Year of Creative Economy for Sustainable Development. **Why Creative Economy in 2021?** Disponível em: <https://en.unesco.org/commemorations/international-years/creativeeconomy2021> Acesso em 04 mar.2022.